

## A NOÇÃO DE DOCUMENTAÇÃO EM MUSEUS NAS NORMAS SPECTRUM E CIDOC/ICOM

### *THE NOTION OF MUSEUM DOCUMENTATION AT THE SPECTRUM STANDARD AND THE CIDOC/ICOM*

Juliana Monteiro  
Marilda Ginez Lopes de Lara

**Resumo:** O objetivo deste trabalho é analisar os usos do termo *documentação* no contexto de duas normas da área de museus: as Categorias de Informação do CIDOC/ICOM e a SPECTRUM, do *Collections Trust*/Reino Unido. Os objetivos específicos são os de mapear, caracterizar e problematizar ideias, tensões e aproximações entre as duas e com as discussões teóricas da Museologia e Ciência da Informação sobre o que é documentação, sem a pretensão de se chegar a uma definição unívoca do termo. A justificativa do trabalho é a necessidade de explorar as diferenças terminológicas inerentes ao universo dos museus e discutir como operar com elas e a partir delas. A metodologia utilizada é exploratória, descritiva, comparativa e histórica. Os resultados da pesquisa reforçam a polissemia do termo documentação mostrando que a diversidade de significados influencia fortemente a prática profissional, a exemplo da ênfase, em alguns contextos, da ideia de controle de acervo dos museus com finalidade administrativa que predomina em face à finalidade de produção e difusão de conhecimento a partir das coleções. Conclui-se pela necessidade de promover a consolidação de metodologias e procedimentos que considerem a documentação simultaneamente como atividade de criação de conhecimento e prática profissional.

**Palavras-chave:** Documentação em museus. Museologia. Ciência da Informação. Normas.

**Abstract:** The present work has the objective to analyze the general uses of the term documentation within the context of the museums field: the CIDOC/ICOM Information Categories and SPECTRUM, from Collections Trust / United Kingdom. The objectives of working with these two universes are to map, characterize and discuss ideas, approaches and tensions between them and the theoretical discussions of Museology and Information Science about what is documentation, without the intention of getting any unique definition. The reason for this study is the need to explore the terminological differences inherent to the universe of museums and discuss how to work with them and from them. The methodology is exploratory, descriptive, comparative and historical. The research results reinforce the polysemy of the term documentation showing that the diversity of meanings strongly influence professional practice, such as the emphasis, in some contexts, of the idea of control of museum collection with administrative purpose that prevails in light of the aim of producing and dissemination of knowledge from collections. It concludes that it is still needed to promote the consolidation of methodologies and procedures that consider documentation as an activity of knowledge creation and also a professional practice.

**Keywords:** Museum Documentation. Museology. Information Science. Standards.

## 1 INTRODUÇÃO

O objetivo geral deste trabalho é analisar as normas SPECTRUM – Standard Procedures for Collections Recording Used in Museums / The UK Museum Collections Management Standard, lançada pela entidade britânica Collections Trust desde 1994 e as International Guidelines Object Information: the CIDOC Information Categories, do Comitê

Internacional de Documentação do Conselho Internacional de Museus – CIDOC/ICOM – em 1995. A análise será feita observando principalmente o uso do termo documentação. Para adensar a reflexão recorreremos também à literatura sobre o tema na Museologia e na Ciência da Informação.

Para identificar os traços que caracterizam o uso do termo, consideram-se as variáveis de tempo e espaço nas normas e na produção teórica da área, sem a pretensão de propor uma definição unívoca de *documentação em museus*.

Optou-se por utilizar o termo *documentação em museus* e não *documentação museológica* considerando, primeiro, que são muitas as questões ainda a discutir no próprio campo da Museologia e da Ciência da Informação, mesmo considerando o uso predominante do termo documentação museológica, no Brasil; segundo, para concentrar a pesquisa no fazer documental dos museus, que envolve o processamento dos acervos, sua gestão cotidiana e a tradução e comunicação desses conteúdos para o público.

O pressuposto teórico central para o trabalho advém da Museologia, que compreende a documentação como uma atividade fundamental para o trabalho dos museus e que envolve o processo de musealização concebida como a transformação de um *objeto* em testemunho, que possui faceta documental. O segundo pressuposto advém da Ciência da Informação, considerando a herança das discussões realizadas no âmbito da Documentação (disciplina) sobre a noção de documento. Resume-se à compreensão do documento como algo que se constrói e reconstrói a depender dos contextos informacionais, sociais, tecnológicos, institucionais e culturais envolvidos. Sendo assim, as práticas documentárias institucionalizadas, ou o fazer documental, possuem papel fundamental nesse processo de definição do potencial informativo que caracteriza o documento, logo, na definição do que é um documento em dado contexto.

O texto está dividido em duas partes: a primeira, dedicada às normas e a segunda à comparação entre as suas variações na Museologia e na Ciência da Informação. Foram selecionados autores que produzem no âmbito de uma perspectiva internacionalizante, como a do CIDOC/ICOM, e de países como os do Reino Unido, Espanha e Brasil, considerando também a importância dessa instituição como promotora da primeira iniciativa internacional sobre o assunto documentação na área de museus.

Como são modelos utilizados por diferentes museus, nas conclusões procuramos pontuar e analisar comparativamente os contrastes e convergências entre prática e teoria no que se refere ao tema *documentação em museus*, a partir das principais questões conceituais levantadas nas seções anteriores. A partir disso, procuramos também propor uma visão sobre

como tais propostas podem contribuir para uma nova operacionalização da noção de documentação em museus no contexto brasileiro.

## **2 O SPECTRUM E AS CATEGORIAS DE INFORMAÇÃO DO CIDOC/ICOM**

Para realizar a comparação entre a SPECTRUM e as Categorias de Informação do CIDOC/ICOM foram elencadas algumas categorias de análise, de modo a permitir a visualização de aproximações e distinções entre as mesmas no que tange à documentação em museus.

As duas normas datam de meados da década de 1990 – a SPECTRUM em 1994 e as Categorias do CIDOC em 1995. Ao se considerar as trajetórias históricas do CIDOC e da *Collections Trust* (então *Museum Documentation Association* ou MDA) que levaram à concepção, respectivamente, das Categorias e da SPECTRUM, pode-se inferir que os documentos nasceram em um período no qual as duas organizações expressavam o amadurecimento de discussões iniciadas entre o final da década de 1960 e início da década de 1970 em torno de padrões e formatos mínimos para a documentação em museus (MATOS, 2012).

Nos dois casos, o que se observa não é a busca de um padrão universal para os museus, o que, segundo Grant (1996), foi algo que dominou a área de museus durante muito tempo, sem frutos concretos. O que se constata nos dois documentos é a busca de padrões e formatos mínimos, com base no entendimento de que, apesar das diferenças entre as coleções, as atividades de documentação em museus necessitam de parâmetros básicos que permitam a recuperação de informação e a segurança dos objetos.

Na segunda metade da década de 1960, quando toda a área de museus se tornou cada vez mais adepta dos benefícios da informática no registro documental das coleções, o CIDOC passou a se preocupar em coordenar as experiências em andamento para criação de sistemas computadorizados para museus. Segundo Olcina (1986), por volta de 1967, o Comitê tentou criar um único sistema que pudesse abordar todos os outros, mas não teve o resultado inicialmente esperado. Já naquela época, as dificuldades de compatibilização se mostravam um desafio que chegaria até os dias atuais.

A partir desse cenário, o CIDOC iniciou um estudo para coleta e síntese de todos os sistemas espalhados ao redor do mundo, trabalho que demoraria anos para ser concluído, mas que não levou à consolidação de procedimentos que abarcassem todos os museus em sua heterogeneidade. Olcina (1986) destaca que, na mesma época no Reino Unido, o *Information Retrieval Group of the Museum Association* (IRGMA) lançou um formato mínimo com esse

objetivo – sendo este mesmo grupo a base para fundação da MDA, associação responsável pela criação da SPECTRUM. Mesmo não atingindo todas as realidades, tal formato foi adotado pelo CIDOC como base para continuação do seu trabalho de síntese de sistemas e diretrizes sobre documentação (OLCINA, 1986), o que culminaria, anos depois, nas Categorias de Informação do CIDOC/ICOM.

Nesse sentido, é preciso destacar a origem das instituições responsáveis pelo lançamento das publicações. O CIDOC/ICOM, como preconiza em seu nome, é uma instância que desde seu início se projeta como internacional – apesar da forte presença de profissionais europeus e da influência da abordagem anglo-saxã – característica esta que o próprio CIDOC tentou reverter nos anos posteriores ao lançamento das Categorias por meio da aproximação com profissionais de outros continentes, como a África (INTERNATIONAL COMMITTEE FOR DOCUMENTATION, 1996). No caso da antiga MDA/actual *Collections Trust*, a organização nasceu para consolidar discussões inicialmente afeitas ao contexto do Reino Unido, sendo que o seu objetivo de internacionalização seria estabelecido somente anos depois do lançamento da primeira versão da SPECTRUM (MATOS, 2012).

Nesse sentido, os dois documentos analisados podem ser considerados como resultados de uma construção coletiva de profissionais oriundos de diferentes museus e contextos, mas que mantém a predominância do raciocínio europeu, particularmente anglo-saxão, sobre documentação em museus. Tal raciocínio se baseia em uma lógica destinada ao universo restrito do museu, buscando integrar as questões de controle às questões relativas à produção de informação sobre o acervo. A abordagem permanece prática em sua essência, tendo em vista o seu objetivo de funcionar como um parâmetro para o cotidiano profissional das instituições museais, ficando a documentação mais vinculada ao aspecto de organização física da coleção.

Apesar disso, em nenhum dos dois casos foi excluída a possibilidade de uso conjugado com outros padrões, tendo em vista a heterogeneidade das coleções e das instituições que as abrigam (GRANT, 1996). Em certa medida, o amadurecimento das discussões existentes desde a década de 1970, amplamente influenciadas pelo impacto da informática, trouxe para os documentos do CIDOC e da SPECTRUM o início de uma abordagem mais direcionada à relação entre gestão de acervo e gestão da informação sobre o acervo.

Em relação à atualização dos documentos, as Categorias do CIDOC não passaram por modificações desde o seu lançamento em 1995. O contrário ocorre com a SPECTRUM: na medida em que a então MDA incorporou o desejo manifesto de se aproximar de outras realidades e tornar a norma uma referência internacional, foram sendo feitas novas versões do

documento – que está agora na sua versão 4.0, lançada em 2011. As revisões realizadas ao longo dos anos incorporaram muito das sugestões e observações feitas pelos usuários da norma (MATOS, 2012), o que é possível entender como uma tentativa clara de abarcar contribuições de fora do Reino Unido.

É possível também comparar os dois modelos quanto à sua existência enquanto norma. De acordo com a *British Standards Institution* – BSI (s/d), uma norma pode ser entendida como:

Uma forma acordada, repetível de se fazer algo. É um documento que contém uma especificação técnica ou outros critérios precisos desenvolvidos para serem utilizados consistentemente como uma regra, diretriz, ou definição. As normas tornam a vida mais simples e aumentam a confiabilidade e a efetividade de muitos produtos e serviços que usamos. Elas pretendem ser uma aspiração – um resumo de boas e melhores práticas em vez de uma prática geral. As normas são criadas formando um conjunto de experiência e conhecimento de todas as partes interessadas tais como os produtores, vendedores, compradores, usuários e regulamentadores de material, produto, processo ou serviço em particular (GRUPO BSI, s/d).

A partir dessa concepção abrangente de norma, McKenna e De Loof (2009) explicam que há diferentes formas de classificar as mesmas. Uma delas é a classificação por *tipo*: as normas *de jure* e as *de fato*. As *de jure* são aquelas construídas e formalmente reconhecidas por instituições responsáveis pela regulação e estabelecimento de padrões, como a *International Standards Organization* – ISO –, ou no caso brasileiro, a Associação Brasileira de Normas Técnicas – ABNT. As normas *de fato* são aquelas não reconhecidas formalmente por nenhuma instituição, mas amplamente difundidas e aplicadas na área a qual se destina. McKenna e De Loof (2009) também classificam as normas quanto ao *contexto de sua produção*, elencando quatro categorias principais de divisão: as *in-house*, criadas para uma instituição específica; as normas de comunidade, que atendem a objetivos específicos locais; as normas nacionais, elaboradas para aplicação dentro de um país; e as normas internacionais, reconhecidas e aplicáveis a vários contextos, geralmente difundidas por instituições normativas.

Ao trazer essa discussão para a área de documentação em museus, Matos (2012) afirma que o cenário normativo da área de museus, ao contrário do que se pressupõe, não é caracterizado pela ausência de instrumentos e parâmetros, mas antes pela multiplicidade e complexidade de modelos. A multiplicidade se dá justamente pela diversidade de assuntos e de interesses de cada grupo de profissionais e instituições envolvido no desenvolvimento das normas – ora com maior foco em discutir procedimentos de gestão, estrutura de dados ou terminologia, por exemplo.

Apesar da amplitude de possibilidades de normas, Matos (2012) chama também a atenção para o fato de que essa complexidade acaba levando à fragmentação e, às vezes, ao baixo reconhecimento das normas em contextos diferentes daqueles em que originalmente foram criadas. A ausência de certificação das normas elaboradas por entidades oficiais e internacionais é quase uma constante, o que também corrobora a pouca difusão dos modelos existentes – à exceção dos esforços produzidos pelo CIDOC/ICOM e, conforme a opinião do autor, do sucesso de internacionalização da SPECTRUM.

Feitas essas considerações, é possível inserir as Categorias do CIDOC/ICOM e a SPECTRUM dentro desse cenário de diversidade normativa. No caso da SPECTRUM, o *Collections Trust* o define como norma que nasce restrita ao universo dos museus do Reino Unido, e que tem buscado nos últimos anos se internacionalizar e se consolidar como um *jeito de pensar museus* (MATOS, 2012). Contudo, a SPECTRUM também pode ser classificada como uma norma *de fato*, pois não é reconhecida oficialmente como tal por nenhuma instituição reguladora – como a ISO ou o próprio BSI. Possui ampla aceitação e reconhecimento internacional, como no caso das Categorias do CIDOC. A SPECTRUM traz orientações sobre o que fazer com o acervo – indicadas em 21 procedimentos, detalhados com fluxogramas e indicativos de grupos de informação que devem ser contemplados em cada etapa. Além disso, apresenta uma estrutura de dados que detalha os referidos grupos de informação, que subdividem em 147 unidades de informação. A diferença é que as unidades de informação da SPECTRUM não estão relacionadas somente à identificação de objetos, mas de eventos, pessoas (físicas e jurídicas) e lugares.

Em um primeiro lugar, é possível dizer que, no caso do CIDOC/ICOM, as Categorias não são definidas na publicação como um padrão, mas como um modelo de referência. Apesar disso, o documento pode ser considerado como uma norma de fato e de natureza internacional, pois como afirma Matos (2012), elas são reconhecidas como uma estrutura mínima de dados que podem ser contempladas por diferentes museus. A norma se organiza em 22 grupos de informação apenas sobre o objeto, que se subdividem em categorias de informação propriamente ditas. Em uma analogia, seria possível dizer que as categorias poderiam ser correspondentes às unidades de informação da SPECTRUM.

## **2.1 Os usos do termo documentação na SPECTRUM e nas Categorias do CIDOC**

O glossário da SPECTRUM, que é um documento a ser consultado à parte da norma, define documentação em museus – *museum documentation* – como:

Reunião e registro de informações sobre objetos, suas histórias e sobre os processos pelos quais eles passam dentro da instituição. O propósito da

documentação é prestar contas, gerenciar e usar os objetos de modo a alcançar as metas e objetivos estabelecidos pela organização colecionadora (DAWSON, 2011, p. 1. Tradução livre).

A definição proposta pela SPECTRUM estabelece que a documentação em museus – *museum documentation* – é, ao mesmo tempo, a designação que identifica a ação de coleta e o registro de toda informação sobre os objetos, suas histórias, associações e todos os processos aos quais os objetos estão relacionados dentro do museu. Em outras palavras, a documentação é tanto o processo de organização, quanto o resultado desse processo, o que reitera a existência, de interpretação polissêmica do termo documentação.

É possível entender que, nesse cenário, a documentação foca muito mais os aspectos relativos ao controle interno da coleção do que as questões relativas ao acesso. Em certo sentido, a preponderância da faceta de controle é coerente com a definição do Glossário, apesar da sua ambiguidade: nela está posto que o primeiro propósito da documentação é o de prestar contas a respeito da coleção, ou seja, ter o controle para dar a devida transparência ao uso dos recursos empregados na preservação da mesma.

Mais um aspecto importante a ser comentado é que outro termo, gestão de coleções, aparece recorrentemente na SPECTRUM, integrando o título da norma. Apesar de não haver uma definição precisa do que é entendido por gestão de coleções na SPECTRUM, infere-se que a mesma é vista como o conjunto de procedimentos e processos pelos quais passa um objeto durante seu ciclo de vida em um museu (DAWSON; HILLHOUSE, 2011). Sendo assim, a gestão de acervos é algo que envolve não somente a identificação das peças, mas, sobretudo, a gestão da informação sobre eventos a elas relacionados, bem como pessoas, datas, lugares, etc. Também aqui é possível observar a coexistência desse entendimento ampliado sobre gestão de acervos, dentro da estrutura complexa de procedimentos e requisitos de informação sustentada pela SPECTRUM.

Embora seja necessário reconhecer o cuidado com que a SPECTRUM apresenta as conexões conceituais com sua proposta prática, fica ainda a questão a respeito do lugar da documentação. Em certa medida, interpreta-se como paradoxal, senão contraditório, o fato da documentação ser delimitada no glossário como a coleta e o registro de praticamente qualquer informação associada ao objeto dentro do museu e, na norma em si, ser tratada como algo restrito a determinado conjunto de procedimentos. A gestão de acervos acaba sendo a definição que representa a perspectiva ampliada de envolvimento de todos os processos pelos quais passa um objeto durante sua estada no museu, o que também poderia ser associado à definição de documentação ora em discussão.

A paradoxalidade da situação talvez resida na constatação de que, por mais que a SPECTRUM seja uma norma plenamente estabelecida como referência internacional de procedimentos para cuidar das coleções, não é possível refutar a inegável força de permanência desses mesmos conceitos e tradições profissionais – e sua conseqüente influência – no âmbito dessas iniciativas. Em outras palavras, compreende-se que nem todas as experiências teóricas ou práticas/profissionais que propõem o avanço em determinados aspectos têm a força de, ou desejam conscientemente, romper com parâmetros estabelecidos dentro de uma área de atuação.

Todavia, é necessário reconhecer que o objetivo principal da SPECTRUM não é promover uma análise ou crítica da noção de documentação, e sim funcionar como uma proposta para a gestão de acervo. De todo modo, é possível identificar e refletir sobre os limites da norma e seus pressupostos conceituais básicos, pois mesmo que esses não sejam diretamente amparados em alguma teoria específica, expressam, implicitamente, uma forma de conceber a documentação. Logo, é válida a análise do texto e da proposta da SPECTRUM que aqui se realiza, devido às possibilidades da convergência entre o universo da prática, que é pela norma representada, e as discussões teóricas existentes sobre documentação em museus.

Já no glossário das Categorias de Informação do CIDOC/ICOM, presentes na própria norma, a expressão utilizada é *museum documentation* – documentação de museu, em uma tradução livre. Em seu glossário, *museum documentation* significa:

Os registros que documentam a criação, o histórico, a aquisição pelo museu e a história subsequente de todos os objetos do acervo. Esses registros incluem documentos de proveniência e origem, documentos de aquisição, relatórios de conservação, registros de catalogação, imagens e pesquisas, sendo criados pela instituição detentora do objeto, proprietários anteriores, pesquisadores independentes etc. O termo também se aplica ao processo de coleta dessas informações (INTERNATIONAL COMMITTEE FOR DOCUMENTATION, 1995, p. 24. Tradução livre).

Identifica-se aqui a mesma equivalência do entendimento de documentação como processo e o resultado do processo – os registros –, tal como foi igualmente identificado no caso da SPECTRUM. A definição *museum documentation* do CIDOC/ICOM se delinea como atividade que gira em torno da coleção do museu e se infere que possua uma metodologia específica para duas ações: a coleta de informações e o gerenciamento dos documentos que lhes dão suporte – relatórios, fichas, registros diversos, imagens, etc. Não se encontra, em nenhum momento do texto, referência a uma proposta teórica ou fundamentação de base que oriente a documentação – o que, como no caso da SPECTRUM, não figura como

objetivo central do documento. Desse modo, é possível entender, considerando a essa ausência, que a documentação se encontra restrita a um conjunto de procedimentos operacionais para a identificação de um objeto.

Apesar de incluir a ideia de processo de coleta na definição, vale ressaltar que o CIDOC, nesse caso, se alonga na descrição de tipos de documentos que ‘constituem’ a documentação e não entra em detalhes sobre o que consistiria esse processo, nem como seria a metodologia adequada para a coleta de informação. A descrição dos tipos pode ser relacionada à ênfase dada aos registros / instrumentos documentários, reforçando a compreensão apresentada da documentação como resultado de um processo, ou seja, a reunião dos documentos. Essa ênfase, que inicialmente poderia passar despercebida, talvez possa ser interpretada como um indício de paradoxalidade da definição.

De modo semelhante ao caso da SPECTRUM, a característica paradoxal da definição está na verificação de que, por mais que as Categorias se configurem como um avanço na discussão sobre parâmetros para a documentação em museus dentro e fora do CIDOC, também aqui não é possível refutar a inegável força de permanência desses mesmos conceitos e tradições profissionais no âmbito do documento ora analisado. No caso da definição do CIDOC, é possível observar esse movimento de coexistência de perspectivas não necessariamente contraditórias, mas que apontam caminhos e enfoques diferentes sobre o fazer documentação em museus.

Considerando o exposto, pode-se dizer que as Categorias tratam de aspectos práticos da documentação e se propõem a especificar o tipo de informação a ser coletado no cotidiano da gestão de uma coleção, e qual o seu formato. Ressalta-se que tal consideração deve ser um ponto de atenção quando do uso das mesmas em outros contextos, nos quais a documentação nos museus possui uma abordagem diferente daquela praticada em países do universo anglo-saxão, que marca a origem das Categorias.

### **3 AS VARIAÇÕES EM TORNO DO TERMO DOCUMENTAÇÃO NA MUSEOLOGIA E NA CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO**

Observamos, de início, que o levantamento bibliográfico apresentado nesta seção deve ser considerado como uma contribuição inicial à discussão interdisciplinar sobre os significados atribuídos à ideia de se fazer documentação em museus. Considerando o universo pesquisado, verifica-se que o emprego do termo documentação é feito de modo diverso, pelos autores, o que reforça a constatação de que se trata de um termo polissêmico. Verifica-se, também, que o termo se encontra já profundamente enraizado na literatura da área de museus,

particularmente a produzida no âmbito da Museologia, com ocorrências também na literatura da Ciência da Informação.

### 3.1 O contexto europeu: Reino Unido e Espanha

É possível compreender que o uso expandido do termo documentação na área de museus se deu predominantemente a partir do contexto europeu, com protagonismo da ação de uma iniciativa internacional – o CIDOC/ICOM, criado em 1950 (STRÁNSKY, 1994). Apesar de não figurar como autora britânica ou espanhola, é necessário citar a produção da documentalista francesa Yvone Oddon, que atuou muitos anos como secretária do CIDOC/ICOM e como coordenadora do Centro de Documentação UNESCO/ICOM.

Oddon foi uma personalidade importante para a consolidação do CIDOC/ICOM como instância de discussão sobre documentação em museus, tendo sido a autora de uma obra de referência sobre o assunto (OLCINA, 1986) intitulada *Elements de documentation museographique/Elements of museum documentation*, lançada em 1968. Para Oddon, a função primeira da documentação é assegurar e preservar a identidade da coleção para facilitar a administração do museu, seguida da apresentação, interpretação e estudo do acervo. A autora entende a operacionalização da documentação do acervo em diferentes serviços – como o registro ou inventário; o catálogo; a fototeca, etc –, o que a aproxima de uma tendência organizacional característica da Biblioteconomia (CERAVOLO, 2000).

O título do livro de Oddon (1968) permite introduzir a discussão sobre o termo documentação no Reino Unido. Um fator que destaca o Reino Unido é sua histórica preocupação com as questões relacionadas à documentação dos acervos dos museus, em grande parte pela necessidade cada vez maior de prestar contas à sociedade a respeito dos recursos gastos com as coleções e com os profissionais dos museus (ROBERTS, 1985). Além disso, nos anos de 1970, foi criado o grupo *Information Retrieval Group of the Museum Association* – IRGMA – pela Associação Britânica de Museus. Esse grupo, que tinha por finalidade estudar as formas de recuperar informações sobre os acervos dos museus, logo se transformaria em uma organização chamada Associação para Documentação de Museus – em inglês, *Museum Documentation Association* / MDA – (MARÍN TORRES, 2002). Em 2008, a MDA passaria por novo processo de reestruturação, passando a se chamar *Collections Trust*.

Os autores ligados à MDA utilizam a expressão *museum documentation*, acompanhada da palavra *system*, cunhando o termo *museum documentation system* – sistema de documentação de museu. Para Light, Robert e Stewart (1986), *museum documentation system* pode ser entendido como “referente aos procedimentos usados pelos museus para gerenciar

informação relativa às suas coleções ou de relevância para suas funções curatoriais” (LIGHT; ROBERTS; STEWART, 1986, p. 1. Tradução livre). A ideia de controle da coleção é destacada pelos mesmos autores, na mesma referência, ao afirmarem que:

Os objetivos principais de tal sistema incluem auxiliar o controle e uso das coleções e assegurar a preservação de informação sobre o patrimônio cultural e ambiental. [...] Seu escopo pode englobar a documentação de coleções físicas (objetos, itens bibliográficos, material de arquivo e material audiovisual) e conjuntos de informações como detalhes de conservação e fotografias documentais, pessoas, lugares, eventos e atividades (LIGHT; ROBERTS; STEWART, 1986, p. 1. Tradução livre).

A afirmação acima mostra, primeiramente, conexão com o princípio da disciplina Documentação, conforme a concepção de Briet (2006), ao estabelecer o processamento integrado de vários tipos de documentos para uma melhor recuperação da informação; em segundo lugar, a preocupação com o gerenciamento da informação – o que será alvo de publicações específicas da MDA na década de 1990.

Na Espanha, o termo documentação de museus também aparece associado à palavra sistema, como é possível observar no título da publicação de Porta, Montserrat e Morral (1982) *Sistema de Documentación para Museos*. Nesta publicação, há uma preocupação expressa com a criação de um plano de classificação de objetos. O plano se estrutura inicialmente com a separação entre os objetos que foram feitos pelo homem e aqueles que não o foram, do que derivam agrupamentos correspondentes. Não há notas de aplicação ou explicação das classes, e o plano é apresentado como uma solução que, por inferência, deve ser adotado por todos os museus que seguirem a proposta do Departamento de Cultura da Catalunha.

O significado central atribuído à ideia de *sistema de documentación para museos* – sistema de documentação para museus – é de que a documentação se organiza como conjunto de atividades em que todas as etapas de trabalho – registro de entrada, aquisição, numeração, marcação, incorporação ao inventário geral, alocação em reserva técnica, catalogação, empréstimo e exposição – são interligadas. A interligação pressupõe uma série de procedimentos interconectados para gerenciamento das coleções. O principal objetivo do sistema é gerenciar a circulação física das peças dentro dos museus, desde o momento de sua entrada até sua localização nas áreas de guarda ou nas áreas expositivas. Em outras palavras, para auxiliar o controle da coleção – o que é o objetivo primeiro da publicação catalã.

Tal como no caso da expressão inglesa *museum documentation system*, é perceptível a preponderância da associação de aspecto prático à ideia de documentar acervos em museus, sem maior aprofundamento teórico. Uma diferença entre os dois contextos é que no caso dos

autores do Reino Unido, a concepção da ideia de sistema de documentação admite uma preocupação maior com as ações de organização da informação – relacionando eventos, datas, pessoas e lugares, às peças do acervo – e não somente com o estabelecimento de procedimentos de organização física da coleção, como é o caso da obra de Porta, Montserrat e Morral (1982). Novamente, é necessário verificar que as publicações em questão possuíam objetivos distintos, mas do mesmo modo é pertinente salientar que a ocorrência dos termos permite a comparação entre seus usos e respectivos conceitos.

No final da década de 1990 e início de 2000, o que a literatura espanhola reforça é a existência de um novo posicionamento sobre a questão da documentação no âmbito dos museus. O reposicionamento, conforme esclarece Marín Torres (2002), deriva da influência do contexto anglo-saxão sobre a documentação, que a interpreta como uma atividade que faz parte de um processo maior, a gestão das coleções. Como já dito, a gestão é por esta ‘tendência’ entendida como um grupo de procedimentos destinados a aperfeiçoar as ações de organização e disponibilização das coleções institucionais, envolvendo desde técnicas de armazenagem, embalagem, transporte, conservação, avaliação, segurança e documentação. Observa-se que no âmbito dessa tendência está também a ideia de gestão da informação, que permeia transversalmente todas as técnicas e procedimentos da gestão das coleções.

Caballero Zoreda (1988) e Marín Torres (2002), por sua vez, utilizam o termo *documentación museológica* – documentação museológica – em suas publicações. Apesar disso, o entendimento não é uniforme: para Caballero Zoreda (1988), a documentação museológica é o processo de tratamento dos dados existentes nos museus, sejam eles extraídos dos objetos ou de outras fontes de informação. Caballero Zoreda (1998) cita Porta, Montserrat e Morral (1982) como uma de suas referências, com grande preocupação no detalhamento dos tipos de documento utilizados no processo. Já para Marín Torres (2002), a documentação museológica é uma parte disciplinar da ciência museológica que se encarrega do estudo da teoria, história, técnicas e procedimentos utilizados pelos museus para gerenciar e dar um sentido informativo e científico às coleções. O objeto de estudo seria a documentação museográfica propriamente dita – os registros documentais – catálogos, inventários, guias, etc.

## **2.1 O contexto brasileiro**

No Brasil, é possível citar a existência da mesma variação em torno da palavra documentação, no contexto dos museus. Entre as variações identificadas na literatura produzida por autores da Museologia e da Ciência da Informação, estão as expressões:

catalogação (BARROSO, 1951); documentação (CAMARGO-MORO, 1986); documentação museológica (FERREZ, 1991; NASCIMENTO, 1994; LOUREIRO, 2008); documentação de museus (CERAVOLO, 1998; CERAVOLO; TÁLAMO, 2007; CERAVOLO, 2012); documentação museográfica (NOVAES, 2000) e documentação do acervo e documentação do uso do acervo (SMIT, 2010). Assim como no contexto europeu, a variação existe e indica, ora aproximações, ora afastamento entre os autores.

Entre os autores brasileiros em que é possível citar aproximações estão Ceravolo (1998), Ceravolo e Tálamo (2007) e Loureiro (2008). Mesmo usando terminologias diferentes, reconhecem que a documentação, quando realizada no âmbito dos museus, não se produz sozinha e nem possui um fim em si mesma. Para Ferrez (1991), a documentação é um sistema que permite a recuperação de qualquer informação sobre os acervos, por meio da linguagem escrita e da imagem. Autores como Smit (2010) também salientam a necessidade de se realizar as ações documentais nos museus com outra abordagem que não somente aquela afeita ao controle físico das coleções. Já Nascimento (1994) e Ceravolo (2007) sinalizam, em períodos diferentes, um aspecto importante sobre a discussão relativa ao tema no Brasil: o amadurecimento de uma base teórica e metodológica para o ato de documentar acervos de museus.

Hoje, particularmente no Brasil, a documentação é reconhecida como uma atividade que se estrutura a partir de pressupostos de estudos teóricos da Museologia. O termo predominante – documentação museológica – é um forte indicador de tal vínculo. Ou seja, enquanto prática, precisa ser orientada por conceitos como o de objeto de museu (na sua faceta documental), central para a própria área da Museologia. E se o objetivo é aproximar tal prática de aportes de outras áreas, é preciso que na sua execução sejam considerados os conceitos de documento e informação de disciplinas que a eles se dedicam, como a Documentação e a Ciência da Informação. Em outros casos, os enfoques dados pela área apenas reforçam o abandono de certas problemáticas.

Ceravolo (1998) discute a questão terminológica ao questionar a pertinência do uso da expressão documentação museológica. Para ela, não há sentido falar em documentação museológica, pois em seu entendimento a Museologia é “algo além do que a simples soma das partes das atividades de um museu” (CERAVOLO, 1998, p. 28). Segundo a autora, só faria sentido utilizar a expressão documentação museológica se

[se] empregar (ou aceitar) o domínio Museologia com foco no fato museal e não somente aos museus. Ou seja, ao se advogar a idéia de que os museus são parte de um universo muito mais amplo que ultrapassa a instituição ‘museu’ (CERAVOLO, 2012, s/p).

Em outras palavras, para a autora, o uso do termo documentação museológica, tal como se dá hoje, a insere como sinônimo de atividade exclusiva de museu. Todavia, o adjetivo ‘museológica’ qualifica a documentação como algo que pertence ou é exclusivo da Museologia – e esta disciplina se estende para além do universo restrito dos museus e de suas atividades práticas. Assim, infere-se que o uso da expressão documentação museológica contém um paradoxo, tendo em vista os termos nos quais a mesma é empregada atualmente.

Por outro lado, a mesma autora evidencia que o emprego do termo documentação museológica seria pertinente se seu significado se referisse, dentro do domínio da Museologia, às ações documentais imbricadas no processo de musealização de bens culturais. Incluir-se-iam aqui aquelas também realizadas pelos museus, mas não restrita a eles, como hoje ocorre. Ou seja, para ser ‘museológica’, a documentação deveria ser concebida dentro do sistema conceitual ou do *corpus* da Museologia, sendo-lhe própria, particular.

A crítica realizada pela autora é partilhada por este trabalho, do mesmo modo que sua afirmação sobre o fato de que o termo só tem pertinência mediante uma revisão do seu significado no âmbito do *corpus* da Museologia – o que corrobora a necessidade de aproximações e comparações com outras áreas, como a Documentação e a Ciência da Informação. Ceravolo adota a expressão documentação de museus, pois o uso do adjunto adnominal “de” traz o “sentido de alvo da ação nessa instituição e não em outra, pois particular a ela” (CERAVOLO, 1998, p. 27). Desse modo, a autora circunscreve sua reflexão apenas às ações documentais ocorridas no âmbito da musealização que os museus promovem, com a intenção de indicar suas diferentes nuances, detalhadas a seguir.

Na opinião de Ceravolo (1998), para discutir documentação de museus é preciso reconhecer duas premissas principais: que a atividade de documentar, embora parta de objetos materiais, formula operações de representação baseadas na linguagem; e que é preciso reconhecer como pressuposto básico que a concepção da documentação como um sistema orientado ao controle do acervo, não estabelece por si só uma metodologia de tratamento da informação. Portanto, conceber a documentação como um sistema não é suficiente para abarcar toda a complexidade envolvida nas operações de processamento documentário de acervos museológicos.

A autora propõe que a documentação de museus seja concebida como a reunião de dois conjuntos de atividades: o que congrega operações sobre o suporte físico das coleções – controle de localização, entrada e saída do museu, etc., ou o sistema de documentação de museus – e o conjunto de operações sobre o conteúdo das coleções – criação de padrões de indexação, classificação, etc., ou o sistema de informação documentária de museus. Ela

destaca que, no caso dos objetos resulta quase impossível, por vezes, separar o que é forma do que é conteúdo, pois ambas as dimensões estão diretamente imbricadas. Desse modo, o processo da documentação conseguiria subsidiar as atividades curatoriais, técnicas e administrativas de forma condizente com a demanda existente nas instituições.

#### **4 CONCLUSÕES**

A SPECTRUM e as Categorias de Informação do CIDOC indicam que elas perpetuam a ideia de documentação como um termo que designa um processo em que o controle da coleção é fundamental, podendo ser também o resultado do processo, ou os documentos gerados a partir dele. Desse modo, é possível dizer que as normas se alinham ao discurso predominante no contexto anglo-saxão, ou seja, refletem uma tendência pragmática. Isso permite compreender que a SPECTRUM e as Categorias do CIDOC, apesar de propostos como modelos internacionais, refletem, principalmente no que tange às definições utilizadas em seus glossários, uma perspectiva sobre o assunto que é anglo-saxônica.

Isso, entretanto, não equivale a dizer que as normas não sejam essenciais para a área de museus, tendo em vista sua abrangência e anos de aderência pelos profissionais que delas fazem uso ao redor do mundo. Seria perfeitamente possível e desejável imaginar o uso, no Brasil, das Categorias do CIDOC e da SPECTRUM – menos como soluções ou propostas acabadas sobre documentação, e mais como pontos de partida para a organização de boas práticas, realização de estudos de caso e de discussões críticas e produtivas sobre as diferenças das tendências entre os conceitos e práticas do CIDOC, do Reino Unido e do Brasil. Um desdobramento de tal raciocínio é que a consciência em torno dos limites de tais normas demanda que seu uso deva ser adaptado às realidades locais, em conjunto com outras normas produzidas dentro dos próprios países, ou pelas instituições.

Compreende-se também da análise entre as normas e da literatura consultada que a documentação em museus nasceu como um fazer prático, estruturado a partir das contribuições de profissionais atuantes nas instituições, e que se estruturou como uma atividade de perfil intermediário entre os universos teórico e prático – característica que pode ser considerada como herdada do movimento da Documentação. A documentação em museus é uma aplicação que pode extrair seus subsídios teóricos, principalmente, da disciplina Documentação e da Ciência da Informação. Essa observação se refere particularmente ao modo como tais disciplinas abordam metodologicamente as questões de representação de acervos por meio da linguagem, fornecendo subsídios para sua comunicação e interpretação. O ponto de partida para a estruturação desses sistemas ou modelos de representação é o

próprio objeto, transformado em documento no contexto dos museus, por meio das operações documentárias.

Por fim, é necessário admitir a relatividade dos significados das palavras: uma definição categórica sobre o que é documentação no contexto dos museus não faria sentido. Isso não quer dizer que não se possa realizar discussões conceituais ou práticas sobre o assunto, cotejando textos de diferentes autores, oriundos de espaços tão distintos quanto o Reino Unido, Espanha e Brasil. Para tal discussão, é necessário que se pondere sobre as especificidades linguísticas e as características da área de museus de cada lugar. Desse modo, os contornos da polissemia em torno do termo documentação no contexto dos museus, podem se tornar cada vez mais reconhecidos. Em outras palavras, os autores e profissionais que lidam com as questões documentárias em museus deverão produzir maiores avanços em questões terminológicas a partir da consciência do seu próprio lugar de fala.

Vale salientar que esta análise permite compreender que as questões aqui apresentadas não são propriamente novas, porém, é novo o foco que os pesquisadores têm dado a elas. Os problemas comentados aqui também não são novos, nova é a escala e a importância dada a eles, frente a uma realidade que exige de profissionais e teóricos de museus outra forma de lidar com questões documentárias e suas implicações e rebatimentos no cotidiano. Fica clara, sobretudo, a necessidade de se conhecer os limites dos termos, a ausência de alguns deles, as tensões inerentes ao seu uso em cada contexto e tendência identificada.

Fica clara também que a preocupação com as questões terminológicas não advém somente da necessidade dos pesquisadores e profissionais da área de museus de entenderem melhor os discursos uns dos outros, mas da própria necessidade de dar outros sentidos para a própria documentação em museus e para os acervos. Hoje, há maior consciência de que o museu tem públicos multifacetados, ávidos pela interação e dinâmicas informacionais, e com variadas opções de diversão e lazer. Esses públicos, no entanto, podem se engajar fortemente nas políticas de patrimônio cultural se sentirem que o museu faz parte de suas vidas.

## REFERÊNCIAS

BRIET, S. **What is Documentation?**. English translation of the Classic French Text. DAY, R. E.; MARTINET, L.; ANGHELESCU, H. G. B. (Trad, Ed.). EUA: Scarecrow Press, 2006. 72 p.

CABALLERO ZOREDA, L. La Documentación Museológica. **Boletín de la ANABAD**, Espanha, v. 38, n. 4, p. 455-495, 1988. Disponível em: <<http://dialnet.unirioja.es/servlet/articulo?codigo=798916>>. Acesso em: 10 fev. 2013.

CAMARGO-MORO, F. de. **Museu: aquisição/documentação**. Rio de Janeiro: Livraria Eça Editora, 1986. 320 p. (Coleção Eleutherias).

CERAVOLO, S. M. Apontamentos sobre a documentação de museus. 25/12/2012. Observatório da Museologia Baiana. Disponível em: <<http://observatoriodamuseologiabaiana.blogspot.com.br>>. Acesso em: 30 abr. 2013.

CERAVOLO, S. M. **Proposta de Sistema de Informação Documentária para Museus (SIDM): a Organização da Informação para o Museu de Anatomia Veterinária da Faculdade de Medicina Veterinária e Zootecnia da Universidade da São Paulo**. São Paulo, 1998. 122f. Dissertação (Mestrado em Ciência da Informação) - Escola de Comunicações e Artes, USP, São Paulo, 1998.

CERAVOLO, S. M.; TÁLAMO, M. F. G. M. Os museus e a representação do conhecimento: uma retrospectiva sobre a documentação em museus e o processamento da informação. In: VIII ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISA EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO - ENANCIB , 8., 2007, Salvador. **Anais do VIII Enancib...** Salvador: PPGCI/UFBA, 2007. Disponível em: <<http://www.enancib.ppgci.ufba.br>>. Acesso em: 30 abr. 2010.

DAWNSON, A (Ed.). **Glossary for SPECTRUM 4.0**. Reino Unido: Collections Trust, 2011. Disponível em: <<http://www.collectionstrust.org.uk/spectrum/glossary-for-spectrum-4-0>>. Acesso em: 27 jun. 2014.

DAWSON, A; HILLHOUSE, S. (Ed.) **The UK Museum Collections Management**

FERREZ, H. D. Documentação museológica: teoria para uma boa prática. In: IV Fórum Nordeste de Museus, 1991, Recife, PE. **Anais...** Recife, PE: IBPC/Fundação Joaquim Nabuco, 1991, 10p. Disponível em: <<http://pt.scribd.com/doc/38689114/Documentacao-Museologica-Helena-Dodd-Ferrez>>. Acesso em: 10 mar. 2010.

GRANT, A. Museums, information and collaboration: why a single standard is not enough. In: INTERNATIONAL Council of Museums. **Study Series – International Committee for Documentation**, [S.l.], nº3,1996. Disponível em: <[http://archives.icom.museum/study\\_series\\_pdf/3\\_ICOM-CIDOC.pdf](http://archives.icom.museum/study_series_pdf/3_ICOM-CIDOC.pdf)>. Acesso em: 29 jul.2014.

GRUPO BSI. **O que é uma norma?** British Standards Institution. Brasil. Disponível em: <[http://www.bsibrasil.com.br/publicacoes/sobre\\_normas/normas/](http://www.bsibrasil.com.br/publicacoes/sobre_normas/normas/)>. Acesso em: 27 set. 2013.

INTERNATIONAL Committee for Documentation – ICOM, **CIDOC Newsletter**, [S.l.], v. 7, [s. n], 84 p., ago. 1996. Disponível em: <<http://network.icom.museum/cidoc/archives/past-newsletters/1996-newsletter/>>. Acesso em: 23 mai. 2013.

INTERNATIONAL Committee for Documentation - ICOM. **International Guidelines for Museum Object Information: the CIDOC Information Categories**. [S.l.]: ICOM, 1995. Disponível em: <<http://network.icom.museum/cidoc/resources/cidoc-standards-guidelines>>. Acesso em: 12 abr. 2014.

LIGHT, R.B.; ROBERTS, D. A.; STEWART, J.D. **Museum Documentation Systems: developments and applications**. Londres/Reino Unido: Editora Butterworths, 1986. 332 p.

LOUREIRO, J. M. M. A Documentação e suas diversas abordagens: esboço acerca da unidade museológica. In: GRANATO, M.; SANTOS, C. P. dos; LOUREIRO, M. L. N.

M.(Org.). **Documentação em Museus**. Rio de Janeiro: MAST, p. 24-32, 2008. (MAST Colloquia; 10).

MARÍN TORRES, M. T. **Historia de la documentación museológica**: la gestión de la memoria artística. Espanha: Editora Trea, 2002. 387 p.

MATOS, A. M. R. **SPECTRUM**: uma norma de gestão de coleções para os museus portugueses. Porto, 2012. 366 f. Tese (Doutoramento em Museologia) - Faculdade de Letras, Universidade do Porto, 2012. Disponível em: <<http://repositorio-aberto.up.pt/handle/10216/67304>>. Acesso em: 29 jul. 2014.

MCKENNA, G.; DE LOOF, C. **Digitisation**: standards landscape for european museums, archives, libraries. Roma/Itália: ATHENA - Working group: Identifying Standards and Developing Recommendation, 100p., 2009. Disponível em: <<http://www.athenaeurope.org/index.php?en/112/news/20/athena-booklet-digitisation-standards-landscape-for-european-museums-archives-libraries>>. Acesso em: 10 jun. 2013.

NASCIMENTO, R. A. do. Documentação Museológica e Comunicação. **Cadernos de Museologia**, Portugal, v. 3, [s.n], p. 33-43, 1994.

NOVAES, L. R. Da organização do patrimônio museológico: refletindo sobre documentação museográfica. In: SECRETARIA Municipal da Cultura de Porto Alegre. **Museologia social**. Porto Alegre: Unidade Editorial/Secretaria Municipal de Cultura, 2000. p. 43-66.

ODDON, Y. Elements of Museum Documentation: Eléments De Documentation Muséographique. In: \_\_\_\_\_. 1968. **Report on a museographical mission in Jos (Nigeria)**: February 26 - April 8,.Nigeria: Jos Museum, Centro de formação para Técnicos de Museus, 85 p. Disponível em: <<http://unesdoc.unesco.org/ulis/cgi-bin/ExtractPDF.pl?catno=158018&look=default&ll=1&display=1&lang=mb&from=&to= ≥>>. Acesso em: 25 fev. 2013.

OLCINA, P. The Development and Coordination of Museum Documentation by International Agencies. In: LIGHT, Robert B.; ROBERTS, D. Andrew; STEWART, Jennifer D. **Museum Documentation Systems**: developments and applications. Londres/Reino Unido: Editora Butterworths, 1986. p. 307-314.

PORTA, E.; MONTSERRAT, R. M.; MORRAL, E. **Sistema de Documentación para Museos**. Barcelona/Espanha: INTERNATIONAL Council of Museums; Departament de Cultura de la Generalitat de Catalunya, 1982. 84 p.

SMIT, J. W. Documentação e suas diversas abordagens. In: GRANATO, M.; SANTOS, C. P. dos; LOUREIRO, M.L.N.M. (Org.). **Documentação em Museus**. Rio de Janeiro: MAST, 2008. p. 37-49. (MAST Colloquia; 10).

**Standard - SPECTRUM Standard 4.0**. Reino Unido: Collections Trust, 2011. Disponível em: <<http://www.collectionstrust.org.uk/spectrum>>. Acesso em: 15 jun. 2014.

STRÀNSKY, Z. Z. Object-document, or do we know what we are actually collecting?. In: **ICOFOM Study Series**, n. 23, p. 47-51, 1994. Disponível em: <<http://network.icom.museum/icofom/publications/our-publications/>>. Acesso em: 29 jul.2014.